

# HAITIANOS NO AMAZONAS: REFERENCIAÇÃO E PODER

## HAITIANS IN THE AMAZON: REFERENTIATION AND POWER

Milton Francisco da Silva  
UFAC

**Resumo:** Nos últimos anos, os imigrantes haitianos se tornaram no Brasil uma nova minoria imigratória. Muitos se fixaram no Estado do Amazonas, demandando uma política específica do governo estadual. Enquanto o Governo Federal mostrava-se favorável ao acolhimento desses imigrantes, o governo do Amazonas agiu, em parte, de forma contrária, conforme a notícia que analisamos, do jornal *Folha de S.Paulo*. Objetivamos compreender como ocorre a referenciação aos haitianos, correlacionando-a com as vozes recontextualizadas e com o controle e poder evidenciados no texto. Nosso marco teórico é a Linguística Textual, a Análise Crítica do Discurso e postulados do Círculo de Bakhtin. Entre os resultados, destacamos: a identificação do referente *imigrante haitiano* vai além das formas linguístico-referenciais; ao recontextualizar a voz do então governador, o enunciador faz veicular a avaliação negativa acerca dos haitianos; o enunciador se mostra “subordinado” aos donos das vozes recontextualizadas.

**Palavras-chave:** imigração haitiana; análise do discurso; elite simbólica; referenciação; notícia.

**Abstract:** In recent years, Haitian immigrants have become a new immigrant minority in Brazil. Many live in the state of Amazonas, demanding a specific policy from the state government. While the Federal Government was favorable to the reception of these immigrants, the government of Amazonas acted, in part, in a contrary way, according to the news that we analyzed, the newspaper *Folha de S.Paulo*. We aim to understand how the referentiation occurs to Haitians, correlating it with the recontextualized voices and with the control and power evidenced in the text. Our theoretical framework is Textual Linguistics, Critical Discourse Analysis and postulates of the Bakhtin Circle. Some results are: the identification of the Haitian *immigrant referent* goes beyond linguistic-referential forms; recontextualizing the voice of the then governor, the enunciator convey the negative evaluation about the Haitians; the enunciator is “subordinate” to the authors of recontextualized voices.

**Keywords:** Haitian immigration; discourse analysis; symbolic elite; referentiation; news.

## Palavras iniciais

*Se o mundo é um vale de lágrimas, o Haiti é, certamente,  
o cantinho mais irrigado desse vale.*  
(René Depestre)<sup>1</sup>

Devido ao terremoto ocorrido em janeiro de 2010 em Porto Príncipe e a questões políticas e econômicas do Haiti – a nação mais pobre do continente americano –, milhares de haitianos deixaram o País. Um dos destinos é o Brasil, onde se constituíram como *minoría*.

Com o intuito de “legalizá-los”, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão do Governo Federal, publicou a Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, a qual dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a cidadãos do Haiti, por razões humanitárias. Com essa Resolução o governo brasileiro se mostrou receptivo aos haitianos chegados ao Brasil desde 2010 e aos que desejassem emigrar. Ao mesmo tempo, a Resolução representou regras de controle da entrada de haitianos no País, haja vista a concessão do visto, inicialmente, ter sido apenas por cinco anos, ter ocorrido somente na Embaixada em Porto Príncipe e se limitar a 1.200 vistos por ano. Nos anos subsequentes, sob reivindicações da sociedade civil, com novas resoluções, o CNIg prolongou a validade do visto mais de uma vez, passou a concedê-lo nas demais embaixadas e retirou a restrição quantitativa (Silva, 2016, p. 49-56).

Esse tratamento e condição de legalidade oferecida pelo Governo Federal provocaram descontentamentos, pelo menos, ao então governador do Amazonas, conforme notícia da *Folha de S.Paulo*, de 27 de janeiro de 2012. Em contrapartida, manifestaram-se vozes em apoio aos imigrantes.

Analisaremos a notícia da *Folha* na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Linguística Textual (LT). Utilizamos da ACD as noções de poder, controle social e discursivo, acesso especial e elite simbólica (Fairclough, 2003; Pedro, 1997; van Dijk, 2010, 2012). Da LT utilizamos o conceito de referenciação (Mondada, 2003; Mondada e Dubois, 2003; Marcuschi, 2008; Koch, 2009, 2012). Além disso, lançamos mão de postulados do Círculo de Bakhtin, como a noção de vozes sociais e interdiscurso (Bakhtin, 2010), o qual tratamos, grosso modo, como equivalente à noção de *recontextualização*, nos termos de Fairclough (2003).

---

<sup>1</sup> Tomamos a epígrafe do professor José Ribamar Bessa Freire (2012), para a qual fez a seguinte nota: “O poeta haitiano René Depestre escreveu, entre outros, um belo livro – *‘Aleluia para uma Mulher-Jardim’*, editado em português em 1988. Não tive acesso à edição brasileira, mas à edição francesa, de 1981, de onde traduzi a frase, diz: ‘Si le monde est une vallée de larmes, Haiti est le coin le mieux arrosé de la vallée’ (pg. 40).”

Nossas escolhas teóricas em parte se baseiam em van Dijk (2010, 2012) – autor de perspectiva cognitivista situado na ACD, mas também com contribuições significativas para a LT –, para quem:

Por meio das palavras que usam, os falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, sua adaptação à audiência, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes, seus propósitos, seu conhecimento e os tipos de situações (in)formais ou institucionais em que estão falando ou escrevendo. (van Dijk, 2012, p. 238)

Nesse sentido, tomamos como princípio que a composição linguística dos textos pode revelar relações de poder diversas, assim como o ponto de vista do enunciador (e de atores sociais cuja voz é recontextualizada) sobre o quê e de quem se fala.

Objetivamos compreender como se realiza a referenciação aos imigrantes haitianos no Brasil, correlacionando-a com as diferentes vozes possivelmente recontextualizadas e com o controle sociodiscursivo e relações de poder possivelmente evidenciadas no texto: controle e poder que o enunciador exerce sobre o(s) enunciatário(s) e imigrantes, assim como a que o enunciador esteja submetido. Em outras palavras, refletiremos sobre como membros da elite simbólica (políticos e jornalistas, sobretudo) fazem uso do discurso público e moldam discursiva e cognitivamente os imigrantes haitianos.

## **1. Nova minoria imigratória no Brasil**

O terremoto de magnitude 7,0 ocorrido no Haiti em 12 de janeiro de 2010, que provocou a morte de milhares de pessoas, somado a fatores sociopolíticos e econômicos, desencadeou um fluxo migratório dos sobreviventes para vários países, sobretudo Estados Unidos, República Dominicana, Canadá, Cuba, Venezuela e Brasil (Fernandes, Milesi e Farias, 2011, p. 94). Embora as pessoas diretamente atingidas tenham sido as residentes na capital Porto Príncipe, haitianos de todo o país se viram impulsionados a migrarem, porque “mesmo as pessoas não afetadas diretamente [pelo sismo] já estavam numa crise no Haiti que piorou do ponto de vista social e humanitário” (Handerson, 2015, p. 51).

Um dos países de destino foi o Brasil, cujas razões pelas quais os haitianos escolheram-no são várias. Entre elas, a “relação amigável” estabelecida antes do terremoto entre o povo haitiano e militares brasileiros da força de paz da ONU no Haiti, denominada *Minustah*, desde 2004; o hipotético tratamento humano do Brasil a imigrantes em geral; as ofertas de trabalho em função

do “boom econômico brasileiro” no final da década de 2000 e início da década de 2010 e da construção de obras para a Copa de 2014 e Olimpíada de 2016.

Somam-se a essas razões alguns fatores de ordem contextual:

- a) Antes do terremoto e do fluxo migratório, a preocupação do Brasil era, com a força de paz, atuar no Haiti na busca de solução dos problemas políticos e de segurança locais. E, ao mesmo tempo, marcar posição frente às potências mundiais. A propósito, sobre a atuação dos militares brasileiros há opiniões conflitantes, entre elas, a de Fernandes (2010) e a de Thomaz (2010).
- b) O Brasil, embora sem política, por exemplo, educacional clara em relação aos imigrantes, não tem política rígida contra a imigração, diferentemente do que ocorre em grande parte da Europa e nos Estados Unidos, entre outros países.
- c) Por motivos diversos, os haitianos chegaram quase sempre com poucos recursos financeiros, o que os fizeram depender das autoridades locais e estaduais para as necessidades básicas: moradia, alimentação, medicamentos. Aliás, os principais pontos de entrada no Brasil foram as cidades fronteiriças de Tabatinga (Amazonas) e Assis Brasil (Acre).
- d) O Brasil é “formado” por imigrantes e, muito provavelmente, por isso, foi “receptivo” com os haitianos, o que não ocorreria em vários países europeus, por exemplo. No entanto, essa receptividade ocorreu, sobretudo, por parte do Governo Federal e de empresários que viram na imigração haitiana oportunidade de mão de obra barata.<sup>2</sup>

Fora do Haiti, tornaram-se *minorias*, submeteram-se a essa categorização de ordem político-sociocultural. No Brasil, distribuíram-se em diferentes cidades, entre outras, Manaus, capital do Amazonas, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, cidades do interior do Paraná e Santa Catarina. Essa dispersão, em parte, pôde facilitar a busca e obtenção do trabalho desejado, mas dificultou-os a se manterem culturalmente integrados.

Conceituamos *minorias* a partir do sociólogo Raymond Boudon *et al.* (1990, p. 160), para quem “o termo ‘minorias’ tem sempre uma dimensão social e política: na maioria das vezes, a minoria constitui um grupo ao mesmo tempo menos numeroso, menos considerado e menos poderoso”. Por sua vez, o antropólogo Rainer Enrique Hamel (2003, p. 55), em forma de complemento, observa que “Apesar de não existir, até o momento, consenso nas definições, há consenso sobre o fato de que o conceito não se refere só a números [de pessoas], ainda que o tamanho da população seja importante, mas também às relações de poder”. Desse modo, ao

---

<sup>2</sup> Remetemos aqui ao contexto de 2011 e início de 2012, em que se insere o texto objeto de nossa análise.

pensarmos a *minoria haitiana* no Brasil, levamos em conta tanto as relações sociais de poder, quanto o número de pessoas.

Habitualmente, há conflitos nas relações entre *maioria* e *minorias*, mas tais conflitos não são permanentes (Boudon *et al.*, 1990, p. 160). Estabelecem-se também consensos e acordos. São conflitos e consensos – discursivos ou não – que, explícita ou implicitamente, aparecem nos discursos e textos como forma de expressão das relações de poder. Abordaremos, a seguir, algumas formas de relações de poder de natureza discursiva.

## 2. Poder e controle discursivos

Os haitianos no Brasil, devido, por exemplo, a suas limitadas condições de sobrevivência no Haiti, aceitaram tanto a posição de dominados quanto o poder e controle exercidos sobre eles pelos governos municipais, estaduais e federal, e seus órgãos oficiais, além do controle e do poder da mídia, dos possíveis empregadores e da população das cidades que os “acolheram”. Acerca de situações análogas, Pedro (1997, p. 37) observa que “as desigualdades socioeconômicas e materiais são marcadas por relações de classe e são expressão em termos de uma hierarquia dominador/dominado, em que o papel da aceitação da dominação, por parte dos dominados, é decisivo para o exercício de formas de poder e controle.”

Poderíamos questionar se os haitianos no Brasil possuíam ou possuem meios para negar, de imediato, a posição de dominados. Sua situação de vulnerabilidade indica que não.

As formas de poder e controle são diversas, mas, aqui, nosso foco são as mediadas pelo discurso, as contidas no discurso, as relações de poder representadas discursivamente.

O poder envolve controle das ações (discursivas ou não) das pessoas. Isto é, as “pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia” (van Dijk, 2010, p. 18).

Esse controle é geral, inclusive sobre os poderosos da sociedade atual: políticos, jornalistas, advogados, professores, entre outros, devem obedecer “restrições sociais de leis (por exemplo, contra a difamação ou a propaganda racista) ou de normas sobre o que é apropriado” (van Dijk, 2010, p. 18). Há casos de políticos ou jornalistas desrespeitarem as normas. Ao falarem ou escreverem em defesa das comunidades ou grupos que representam, por vezes, exageram e ofendem os direitos de cidadania do *outro*, do que decorrem discursos contrários e conflitantes.

Para as minorias esse controle e restrições são maiores. Além das restrições de *quando* e *o quê* dizer, quase sempre não podem dizer. Por exemplo, no Brasil, em contraponto aos brasileiros, são mínimas a capacidade e a possibilidade de os imigrantes haitianos produzirem textos em português – língua oficial e de comunicação do país de chegada – sobre si e sua realidade. Menor ainda são suas condições de fazê-los circular. Se têm espaço nas revistas e jornais impressos (ou na internet), na televisão ou rádio, é como objeto da notícia ou como entrevistados, o que implica terem a voz restringida e manipulada por repórteres e editores, mesmo que em seu País o cidadão haitiano exercesse a função de jornalista, advogado ou professor, como é o caso de vários imigrantes (Dutra et al., 2014; Fernandes e Castro, 2014). Assim, são as elites simbólicas que podem falar por eles e sobre eles. Na realidade, falam a favor e contra. Produzem, entre si, discursos conflitantes. Ao mesmo tempo, as elites os referem e os categorizam usando recursos linguísticos que revelam determinada avaliação e explicitam “seus” aspectos positivos ou negativos.

Essas relações sociodiscursivas exemplificam a concepção de *poder* nos termos de Pedro (1997, p. 35): “conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade desigual desses participantes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo – e, portanto, a forma dos textos – em contextos socioculturais particulares.”

Tais restrições apontam para um elemento determinante na relação *poder–controle*: o *acesso*. Para van Dijk (2010, p. 23), “políticos têm acesso ao discurso público devido ao seu poder político, e professores, devido aos recursos de conhecimento”, por exemplo. Trata-se do *acesso especial* aos meios de produção discursiva. Com isso, são, socialmente, *donos* de um *poder simbólico* e se caracterizam como *elites simbólicas*: são políticos, jornalistas, agentes publicitários, professores, escritores, músicos/intérpretes, advogados, entre outros que, em maior ou menor grau, têm acesso especial ao discurso público. Por essas razões, as elites simbólicas são, na sociedade de hoje, os poderosos que, mediante discursos, controlam o discurso das pessoas em geral.

Mas, antes que o controle ocorra sobre o discurso do *outro*, ele se dá na mente desse *outro* (especificamente, sobre seus conhecimentos, opiniões, valores, atitudes, normas, ideologias). Controlar a mente do *outro* significa controlar indiretamente suas ações, discursivas ou não (van Dijk, 2010, p. 18). Ao fazerem uso do discurso público, as elites simbólicas, conforme seus interesses, influenciam e controlam, de começo, a mente dos seus leitores e ouvintes (ou *enunciatários*, como preferencialmente usamos aqui), e, conseqüentemente, influenciam e controlam suas ações no mundo. Nos termos de Fairclough (2003), ocorre *inculcação*: o discurso,

valores e ideologias, entre outros elementos veiculados no texto, são, possivelmente, inculcados na mente do *outro*.

Apesar disso, as vozes das elites simbólicas não são o único elemento condicionante das ações do seu público. Na verdade, tais vozes dividem esse papel com um elemento que já está nos leitores e ouvintes: são as “próprias atitudes ou ideologias prévias (compartilhadas com outros membros de grupo), como também [...] suas experiências pessoais” (van Dijk, 2010, p. 25). Esses dois elementos orientam, conjuntamente, as novas ações do público. Está aí a base mental, a dimensão cognitiva mobilizada na ação pessoal do sujeito leitor/ouvinte.

Em síntese, as elites simbólicas, por terem acesso especial ao discurso público – o que lhes torna donos do poder simbólico –, controlam o que as pessoas *querem e fazem*. Antes de mais nada, essa é uma estrutura geral da prática discursiva como prática social, que não deve, porém, ser tomada como regra imperativa.

A partir do exposto, temos como sugestão que controle sociodiscursivo e relações de poder condicionam a ação de referir e o uso das formas linguísticas em geral. Ao mesmo tempo, entendemos como escolhas do enunciador as formas linguístico-referenciais empregadas. Isso significa que o enunciador realiza escolhas, de certo modo, de acordo com o controle e poder determinantes de seu discurso. Também, a ação de referir está condicionada ao contexto situacional e sócio-histórico em que os sujeitos se inserem, seu conhecimento de língua e de mundo, seu ponto de vista, valores e interesses. É sobre essa ação que trataremos nos próximos itens.

### **3. Referenciação: os *objetos de discurso***

Hoje em dia – já no final do século passado –, em Linguística Textual, em vez de *referência*, é corrente a noção de *referenciação*, segundo a qual os referentes (pessoas, coisas, sentimentos, fatos, eventos) possuem existência discursiva e são compreendidos como *objetos de discurso*. Entre os autores que assumem essa perspectiva estão Mondada (2003), Mondada e Dubois (2003), Marcuschi (2008), Koch (2002, 2009, 2012), Cavalcante (2012) e Silva (2016).

Privilegia-se um mundo discursivo-textual sociocognitivamente baseado e não o mundo real e da experiência. Na interação verbal, os sujeitos (falante e ouvinte, autor e leitor) atuam levando em conta sua experiência como mundo real e seus objetos, mas sem implicar qualquer compromisso direto com a existência desses objetos.

Essa relação com o mundo torna a *referenciação* uma atividade sociocognitiva. Ao referir, os sujeitos ativam informações armazenadas na mente oriundas de suas experiências com o mundo real. Isto é, os objetos são referidos, de algum modo, a partir de elementos sociais experienciados no mundo real e cognitivamente armazenados. Isso indica que o conhecimento de mundo do sujeito é fator condicionante da referenciação que ele realiza. Em grande medida a referenciação alimenta-se do conhecimento de mundo.

A relação entre discurso e realidade evidencia outro aspecto da *referenciação*: ao referir, os sujeitos elaboram discursivamente a realidade. Isso torna a construção de *objetos de discurso* uma forma de construir o sentido que o mundo real tem para nós, ao mesmo tempo em que contribui para nosso modo de agir (inclusive, discursivamente) e de nos relacionar com esse mundo. E mais, sendo cada texto uma unidade particular da rede social discursivo-dialógica, cada texto apresenta uma versão específica da realidade.

Muitas vezes, a relação entre discurso e realidade ocorre no sentido, por exemplo, de os sujeitos buscarem manter os objetos da realidade como tais, ou, então, com o intuito de modificá-los (Silva, 2016, p. 190-3).

Outras vezes, a construção de *objetos* não se vincula explicitamente ao mundo real; é quando os sujeitos atuam discursivamente acerca de um mundo imaginário, embora definir a fronteira real–imaginário não seja tarefa fácil nem da nossa alçada. Nesse caso, parece ficar mais evidente que os referentes são construções do âmbito discursivo-textual.

Independente de ocorrer de forma explicitamente vinculada ao mundo real ou não, a construção dos *objetos de discurso* ocorre mediante a cooperação dos interlocutores, de modo os referentes possuïrem caráter de intersubjetividade. Falante e ouvinte ou autor e leitor negociam, de forma direta ou indireta, sobre os referentes e seus diversos elementos caracterizadores<sup>3</sup>. Essa negociação resultará como parte da construção de sentido global do texto, ocorrida na interação dos sujeitos.

Podemos, portanto, destacar três aspectos da *referenciação*: atividade sociocognitiva, elaboração da realidade e negociação dos sujeitos (Cavalcante, 2012). Esses aspectos se integram e se complementam no processo textual, cuja divisão se justifica por razões didáticas. Em síntese, a referenciação é uma atividade sociocognitiva de elaboração discursiva de referentes (e, ao mesmo tempo, do mundo real ou imaginário) realizada pela negociação dos sujeitos envolvidos em situações discursivas específicas.

---

<sup>3</sup> Esses elementos podem ser entendidos como propriedades, aspectos e atributos a partir dos quais os referentes são discursivamente (re)categorizados (Francisco, 2007, 2008).

Além disso, o contexto de interação socioverbal, o gênero discursivo de construção textual e a língua em si são determinantes no processo referencial. Quanto à língua, a referenciação se concretiza textualmente na materialização linguística; diríamos, a referenciação é também tributária dessa materialização (ao mesmo tempo, essa materialização é tributária do processo sociocognitivo inerente à referenciação). É mediante o uso de recursos linguísticos específicos que o ato de referir se realiza de modo bastante particular a cada texto, ou em momentos específicos de um mesmo texto. As diferentes formas disponíveis numa língua contribuem para a natureza dinâmica e instável dos *objetos de discurso*, que podem ser abandonados e, em momento adiante do texto, reativados. Todo *objeto* pode ganhar ou perder propriedades, ser revisto, reavaliado, redirecionado, fragmentado, enriquecido com novas informações co(n)textuais, repensado e redefinido ao longo do texto. Isso nos permite falar em *progressão referencial* e tomar esse termo como “quase” sinônimo de *referenciação*: verdade é que *referenciação* não implica *progressão*.

Abordaremos a seguir essas formas linguísticas, mostrando suas possíveis formações no português.

#### 4. A composição das expressões referenciais

A partir de Marcuschi e Koch (2002), Francisco (2007, 2008) e Silva (2016), assumimos que as expressões referenciais – às vezes, chamadas também de sintagmas nominais – podem apresentar-se com as seguintes formações:

- Nome (nome-núcleo);
- Determinante + Nome;
- Nome + Modificador(es);
- Determinante + Nome + Modificador(es);
- Determinante + Modificador(es) + Nome;
- Determinante + Modificador(es) + Nome + Modificador(es).

O nome-núcleo são substantivos ou outra forma com valor substantivo: pronomes, adjetivos, advérbios, verbos.

O determinante são artigo definido ou indefinido, numeral e pronomes possessivos, indefinidos ou demonstrativos; e o modificador são adjetivo, advérbio, termo preposicionado

(também denominado locução adjetiva) e oração relativa/restritiva ou equivalente. Isto é, a expressão referencial pode ser de natureza nominal, advérbio-nominal, verbo-nominal.

Por vezes, as expressões referenciais se iniciam por preposição, em que ocorre combinação ou contração da preposição com o determinante. Por exemplo, *aos imigrantes* e *na chegada dos haitianos*. Nesses casos, optamos por considerar a preposição como componente da expressão, mas ignorando possíveis influências semânticas dessa preposição na construção do referente.

O termo preposicionado e a oração relativa/restritiva, em geral, contêm nome que sugere ativação de um objeto diferente do ativado pelo nome-núcleo. Nesses casos, o objeto de fato referido – e apenas ele – é o objeto ativado pelo nome-núcleo, caracterizado por seus modificadores. Por exemplo, nas expressões *o trabalho dos imigrantes* e *vários haitianos que entraram no Brasil*, os nomes *imigrantes* e *Brasil* contêm informações importantes para a construção da carga semântico-referencial de seus respectivos nomes-núcleos, *trabalho* e *haitianos*. Entretanto, há casos de o referente sugerido pelo modificador ser mais relevante na construção do sentido textual do que o referente do nome-núcleo, como ocorre, por exemplo, em *um grupo de haitianos*. Nesses casos, cabe-nos reconhecer a devida contribuição do modificador para o processo referencial e construção de sentido do texto.

Quanto ao nome-núcleo composto de pronome com valor substantivo, trata-se do uso pronominal como forma de introdução ou reativação de referente. No caso da introdução, sua identificação se daria por inferências, em maior ou menor grau. Muitas vezes, há uso da forma pronominal sem que haja uma expressão que explicita seu referente, cabendo-nos, nesses casos, recorrer a inferências de maior grau.

No caso da reativação com pronome, ela pode ser correferencial ou não. A reativação correferencial ocorreria no uso de *ele*, *tudo* ou *todos*, em que se faz referência a algo/alguém já inserido no texto com a expressão *um grupo de haitianos*, por exemplo. Na reativação não correferencial, a relação seria de natureza partitiva, como, por exemplo, entre *um grupo de haitianos*[1] e *alguns*[2], em que o referente de [2] seriam membros do *grupo* referido em [1].

Também faz parte do processo referencial as elipses, que consistem na presença do referente na construção de sentido do texto, mas sem qualquer elemento lexical que lhe faça referência. Por vezes, a elipse retoma o referente de uma expressão referencial específica. Por vezes, o referente da elipse não se acha explicitado no cotexto, exigindo-nos recorrer a inferências de maior grau. Uma questão a destacar é que o uso da elipse – omissão do referente – pode ser motivado por fatores externos à enunciação e ao texto, assim como ser uma estratégia discursiva

habilmente usada pelo enunciador em prol do seu projeto de dizer, muitas vezes de natureza argumentativa.

Pensar a composição linguística das expressões referenciais (mas também o uso de pronomes) é relevante no processo de referenciação porque a escolha tanto do nome-núcleo quanto do determinante ou modificador pode ocorrer como forma de o enunciador imprimir uma (re)avaliação específica sobre os referentes. Por exemplo, em *os trabalhadores haitianos* e *os folgados haitianos*, em princípio, *trabalhadores* condiz com avaliação positiva, enquanto *folgados*, com avaliação negativa. Temos, portanto, o uso do nome-núcleo representando a avaliação do enunciador.

Semelhante pode ocorrer com diferentes determinantes ou modificadores. Por exemplo, determinados sujeitos podem ser referidos por *esses haitianos* (em que *esses* avalia negativamente *haitianos*, referindo-os com desdém) ou *uma gente disposta a trabalhar* (em que *disposta a trabalhar* avalia positivamente *gente*).

Escolhas desse tipo podem estar direta ou indiretamente vinculadas às relações de poder estabelecidas discursivamente entre enunciador e enunciatário(s) ou entre enunciador e o *objeto de discurso* – ou seja, de quem se fala –, assim como ao controle que membros da elite simbólica exercem sobre sujeitos situados hierarquicamente numa posição inferior na “escala sociodiscursiva”. Esses são os motivos principais de tomarmos as escolhas lexicais na busca de compreender como a referenciação aos imigrantes haitianos se realiza.

Outra questão é que as formas linguísticas podem possuir no texto uma referência *específica* ou *genérica*, numa variação gradual – ou, nos termos de Cavalcante (2012, p. 101), os objetos referidos podem ser mais ou menos individualizados. Fato é que o aspecto mais ou menos individualizado de um referente não está no uso de uma expressão no plural, como, em princípio, talvez possa parecer. Por sinal, às vezes, num mesmo texto uma mesma expressão referencial – quer no singular, quer no plural – possui ora *referência específica e individualizada*, ora *referência genérica*. Esse aspecto se centra na relação que o referente mais ou menos individualizado estabelece ou não com outros referentes do cotexto, assim como com informações cotextualmente difusas. Desse modo, a identificação do referente exige do analista mobilizar inferências diversas.

Correlacionando esse aspecto às relações de poder subjacentes ao texto ou nele explicitadas, podemos pensar na hipótese de expressões cujo referente é mais ou menos individualizado serem uma estratégia de referenciação empregada pelo enunciador para fins específicos. Veremos.

## 5. Análise: notícia do jornalístico impresso

Analisaremos uma notícia publicada em 27 de janeiro de 2012 na versão impressa da *Folha de S.Paulo*, cujo tema é a presença de imigrantes haitianos no Estado do Amazonas. Assinada pela então correspondente da *Folha* em Manaus, a notícia se baseia numa entrevista coletiva concedida, dias antes, pelo então governador do Amazonas.

Na reprodução do texto omitimos o nome da correspondente, porque em Análise do Discurso o sujeito-autor, pessoa no mundo, não é objeto de análise, mas sim o enunciador, que se constitui de modo particular a cada texto. Esse é que possui especificidades vinculadas ao texto em análise. Uma dessas especificidades, a nosso ver, é o fato de, em nosso caso, o texto ser produzido por um membro da elite simbólica: uma jornalista. Não cabe aqui, porém, delinear as diferenças e aproximações teóricas entre sujeito-autor e enunciador. De um modo ou de outro, cabe-nos esclarecer que, quando usamos os termos falante/autor e ouvinte/leitor, empregamos de forma intercambiável a enunciador e enunciatário. Essa “solução”, porém, simplifica uma questão epistemológica relevante nos estudos do texto e discurso em geral.

O uso da entrevista coletiva pelo enunciador aponta as *relações dialógicas e interdiscursivas* (Bakhtin, 2010) como importante elemento constitutivo do texto em análise. Em termos bakhtinianos, o *interdiscurso*— quer se realize de forma explícita, quer de forma implícita — ocorre com enunciados/textos antecedentes e subsequentes, e independente da vontade discursiva ou da percepção do enunciador. Assim, o texto a ser analisado dialoga com a entrevista e com vários outros textos, falados ou escritos, seja esse diálogo explícito ou implícito. Essas relações são tomadas por nós como algo inerente e constitutivo do texto, e permearão, de modo subjacente, nossa análise.

Ao longo da análise, quando nos depararmos com partes da referida entrevista ou de outro texto, diremos, preferencialmente, que o enunciador *recontextualiza* a entrevista, termo tomado de Fairclough (2003), teórico e pesquisador da ACD que denomina esse fenômeno discursivo como *recontextualização*. Na verdade, *interdiscurso* e *recontextualização* se aproximam bastante, tanto é, que o conceito bakhtiniano foi incorporado ao modelo teórico da ACD proposto por Fairclough (2003), como nos mostra Silva (2016).

Metodologicamente, optamos por focalizar, de começo, as expressões que fazem referência aos imigrantes, formas nominais ou pronominais. Para isso, a fim de facilitar o trabalho de análise, no corpo do texto destacamos em itálico e enumeramos cada expressão: [1], [2], [3], e assim vai. Na análise em si, ao focalizar cada expressão referencial, faremos remissão a essa

enumeração e buscaremos identificar informações diversas no cotexto que contribuam para sua construção referencial ou revelem a avaliação do enunciador sobre o(s) referente(s) em foco. Tais informações podem constar de formas nominais, como também de formas verbais e orações/proposições inteiras ou, até mesmo, estarem difusas no cotexto. Ou seja, no processo referencial, as formas linguístico-referenciais estabelecem relação de remissão<sup>4</sup> com outros itens lexicais e informações difusas no cotexto, o que dá à referenciação um caráter de inferenciação (Koch, 2012; Marcuschi, 2000, 2005; Silva, 2006). Quanto à elipse, optamos por considerá-la como informação implicitada a ser ativada inferencialmente na construção referencial de expressões referenciais específicas.

A inferenciação, grosso modo, se dá como atividade cognitiva de relacionar elementos cotextualmente explícitos com elementos implicitados ou de reconhecer relação muito sutil entre formas linguísticas da superfície textual. Trata-se de uma atividade cognitiva que pode ser de fundo social, especialmente quando o enunciador ativa conhecimentos de mundo específicos.

### **Governador do AM propõe que *haitianos*[1] vão viver em Brasília**

Omar Aziz sugere instalar *imigrantes*[2] em apartamentos funcionais

[...] / de Manaus

§1 O governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), sugeriu anteontem que o governo federal abrigue em “apartamentos de deputados federais”, em Brasília, *os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país pela fronteira amazônica*[3].

§2 A declaração, que provocou risos dele mesmo, ocorreu durante entrevista a um grupo de jornalistas.

§3 Aziz disse que *os haitianos*[4] são “*muito bem-vindos*”[5], mas que o Estado não tem condições de fornecer emprego, moradia e alimentação para *os imigrantes*[6] “ad eternum”.

§4 “Isso não vai acontecer, nem aqui nem em lugar nenhum. Ou, se não, pede para o governo federal (...)”<sup>5</sup> levar *tudo*[7] para Brasília. É, tem muitos apartamentos de deputados federais, bota *os caras*[8] para morar lá”, afirmou.

<sup>4</sup> Segundo Koch (2002, p. 84), “*remeter* é uma atividade de processamento indicial na co-textualidade”, caracterizada por aspectos de ordem semântica, pragmática, cognitiva, associativa ou de outro tipo. A remissão pode ocorrer tanto como simples relação indireta e indicial (caracterizando-se como inferência cotextual) quanto como reativação de objetos (podendo, nesse caso, se dar como retomada correferencial). “A noção de remeter diz respeito a um movimento textual em que se dão relações não necessariamente correferenciais”, enquanto “*retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não” (Koch, 2002, p. 84).

<sup>5</sup> O sinal (...) indica que o enunciador suprimiu parte da fala do governador.

§5 Paulista, Aziz é filho de um imigrante palestino. A família se mudou para Manaus em 1968. Ele tem sido pressionado por representantes locais da Igreja Católica por supostamente não oferecer ajuda humanitária necessária *aos imigrantes que chegam ao Estado*[9].

§6 Desde 2010, *mais de 3.000 haitianos*[10] entraram no Brasil por Tabatinga, na fronteira do Amazonas com o Peru e com a Colômbia. *Ao menos 2.000*[11] já regularizaram a situação e hoje vivem em Manaus. A Igreja, que tem oferecido comida e moradia, anunciou que não tem mais onde abrigar *os haitianos*[12].

§7 “[A Igreja] querer que eu pegue as casas que são para o povo amazonense viver [e entregar *aos imigrantes*][13]]<sup>6</sup>, isso não pode. A Igreja Católica que me desculpe”, afirmou o governador durante a entrevista.

§8 À Folha o governo do Amazonas disse, por meio de nota, que já ofereceu vagas de emprego, cursos de línguas e doações de colchões, beliches e cestas básicas *aos imigrantes haitianos*[14].

Fonte: *Folha de S.Paulo*, 27/01/2012.

Disponível em: <<http://folha.com/no1040165>>.

No título e na linha fina – duas orações – o uso de *haitianos*[1] e *imigrantes*[2] é correferencial. Por si sós, são termos cuja referenciação é neutra, isto é, não contêm avaliação positiva ou negativa. Mas, nas duas orações, o enunciador revela, em parte, a postura avaliativa do então governador do Amazonas sobre os haitianos: esses, em vez de ficarem no Estado, deveriam ir viver em Brasília. Por ora, não identificamos o porquê.

O § 1 repete o conteúdo do título e da linha fina, com acréscimo referencial importante. Com *os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país pela fronteira amazônica*[3], o enunciador enfatiza: (i) a condição de os imigrantes estarem, quando da travessia da fronteira político-territorial, desprovidos da documentação exigida pelas autoridades imigratórias brasileiras; (ii) o ponto de entrada no Brasil, a fronteira político-territorial situada na Amazônia. Trata-se de uma delimitação referencial definida pelo modificador: uma oração relativa/restritiva. Por inferências, identificamos o referente de [3] como sendo os haitianos que, naquele momento, se encontravam no Amazonas, pois esse era o local de atuação política do referido governador. A construção linguística de [3] indica, por exemplo, que “imigrantes haitianos entraram legalmente no Brasil”, mas esses não são o foco do texto nem são referidos

<sup>6</sup> O enunciador usa colchetes em [A Igreja] e [e entregar aos imigrantes], indicando acréscimo na fala do governador.

em nenhum momento. Com isso, cria-se a possibilidade de generalização, provocando a interpretação de que todos entraram (ou estão) no Brasil ilegalmente.

No § 3, recontextualizando a voz do governador – tomada de uma *entrevista a um grupo de jornalistas*, como enfatizado no § 2 – o enunciador revela a recepção que os haitianos teriam no Amazonas, isto é, a expressão **“muito bem-vindos”**[5] caracteriza **os haitianos**[4], expressando um possível ponto de vista do governador. No entanto, implicitamente, o enunciador mostra contradição na voz do governador, porque o *emprego* fornecido aos haitianos pelo Estado, e também por empresas, lhes daria condições para se sustentarem, dispensando o Estado do *“ad eternum”*, aspecto usado pelo governador como parte de sua argumentação. Se a argumentação do governador faz sentido e se sustenta, então é falacioso o uso de **“muito bem-vindos”**. Inferencialmente identificamos que, na visão do governador, os haitianos seriam muito bem-vindos ao Amazonas se o governo estadual não tivesse de assumir despesas com eles. No mesmo parágrafo, **os imigrantes**[6] refere-se a [4] sem acréscimo significativo de informações.

No § 4, a forma pronominal **tudo**[7] e a forma nominal **os caras**[8] referem-se, por exemplo, a **os haitianos**[4] e **os imigrantes**[6]. No entanto, o uso de [7] e [8] – componentes da voz aspeada do governador, e, por isso, explicitamente recontextualizada pelo enunciador – revelam avaliação negativa e de desdém do governador para com os imigrantes haitianos. Essa avaliação ocorre não só com o uso de [7] e [8], mas também por outras informações dadas no mesmo parágrafo, como, por exemplo, o fato de o governador querer que o Governo Federal os leve para morar em Brasília. Essa informação já fora dada no título, linha fina e § 1, mas agora acrescidas das informações do § 3, o que diz respeito à progressão textual. Aos poucos, vamos descobrindo por que os haitianos deveriam ir viver em Brasília.

A escolha da forma linguística de [7] e [8], e a avaliação aí contida, se baseiam, a nosso ver, na condição de vulnerabilidade e pobreza dos haitianos, e na “impossibilidade” de o Estado *fornecer emprego, moradia e alimentação*, como destacado no § 3, embora isso não justifique o uso e a conotação de *tudo* e *os caras*. De um modo ou de outro, temos aí uma ação discursiva de desdém sobre um grupo minorizado, minorizando-o ainda mais.

No § 5, a expressão **aos imigrantes que chegam ao Estado**[9] refere-se aos haitianos que chegavam ao Amazonas, caracterizados pelas informações cotextuais (do mesmo parágrafo) de que não recebiam a ajuda humanitária necessária do governo estadual, o que provocava determinada cobrança por parte de membros da Igreja Católica. Mais que isso, o enunciador provoca no enunciatário a percepção de que o então governador não dava aos haitianos tratamento semelhante ao recebido por seu pai, *um imigrante palestino*, e, assim, não retribuía os

benefícios que ele (governador) e a própria família recebera. Aqui, indiretamente, o enunciador faz críticas à posição do governador, assim como provoca o enunciatário a fazer o mesmo. Nesse caso, a ação discursiva do enunciador consiste, diríamos, numa espécie de “inculcação ideológica”, diríamos.

No § 6, *mais de 3.000 haitianos*[10] e *Ao menos 2.000*[11] são expressões quantitativas cuja referência é parte dos haitianos que chegaram ao Amazonas, sendo o referente de [11] parte do grupo referido em [10]. Ao referente de [11] soma-se a informação explícita de que tais haitianos “já [havia]m regularizado] a situação e [naquele momento viviam] em Manaus”, ou seja, são imigrantes com a documentação fornecida e exigida pelas autoridades brasileiras, não, cabendo, portanto, caracterizá-los como *ilegais*, embora no § 1 sugerira-se que todos os imigrantes encontravam-se ilegalmente no Brasil, ou no Amazonas. Poderíamos indagar se a referenciação de [3] inclui, ou não, os imigrantes referidos em [11]; interpretamos que não inclui, mas esse sentido não é enfatizado pelo enunciador. O problema disso é que se cria a possibilidade de uma generalização inadequada, a ser inculcada na mente do(s) enunciatário(s).

Ainda sobre o § 6, correlacionando [10] com [11], pensamos nos demais haitianos, cerca de 1.000 pessoas. Não há textualmente elementos explícitos indicando que eles permaneciam sem a documentação exigida. Na verdade, podem ter regularizado sua situação e seguido viagem para outras cidades brasileiras, onde a maior parte desses imigrantes visava conseguir trabalho, especialmente nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Silva, 2015). Essa é uma questão também não esclarecida nem considerada pelo enunciador. Aliás, seu esclarecimento seria, em parte, um contra-argumento à voz do então governador.

Quanto ao uso de *os haitianos*[12] no final do § 6, sua construção referencial – embora considere que sejam aqueles abrigados pela Igreja Católica – ocorre por inferências cotextuais e conhecimento de mundo. O referente de [12] se restringe aos haitianos desprovidos de tais recursos e dependentes da ajuda oferecida, mas esses aspectos não são explicitados textualmente. Ou seja, não são todos os haitianos que chegaram a Manaus ou entraram por Tabatinga, nem os referidos, por exemplo, em [1], [3], [10] ou [11], pois muitos – talvez um grande número – desses imigrantes, naquele momento, trabalhavam e obtinham recursos para pagar moradia e alimentação, dispensando-se da ajuda oferecida pela referida igreja.

No § 7, o uso de *aos imigrantes*[13] ocorre por parte do enunciador como forma de preencher a elipse deixada na voz do governador. Sua construção referencial também ocorre por inferências, inclusive o fato de serem imigrantes sem moradia, haja vista o fato de a Igreja querer que o governador lhes desse casas. O item [13] insere-se no conflito entre o governo do AM e a

Igreja Católica acerca do acolhimento dos imigrantes. Recontextualizando a voz do governador no § 7, o enunciador expõe para o enunciatário a postura anti-humanitária do então governador *versus* a postura humanitária dessa igreja (o que, pelo conhecimento de mundo, sabemos ser de uma vertente da Igreja Católica, e não de toda ela).

No § 8, o enunciador recontextualiza – sem usar aspas – uma nota emitida pelo então governador, em que ele se mostra receptivo aos haitianos, com uma postura não mais anti-humanitária, e sim humanitária. Mas, ao deixar tal nota para o final do texto, o enunciador lhe dá menor importância em comparação ao conteúdo do começo do texto, e provoca o enunciatário a considerá-la do mesmo modo. Isso, em certa medida, se justifica, pois o conteúdo principal do texto-notícia decorre da *entrevista a um grupo de jornalistas* concedida dias antes, e não da nota.

Ainda no § 8, a expressão ***aos imigrantes haitianos***[14] refere-se a pessoas beneficiadas com ações do governo do Amazonas, com indicações de relação correferencial com *os imigrantes*[6], quando também se destacou a ajuda do governo do Amazonas aos haitianos com fornecimento de emprego, moradia e alimentação. No entanto, essa relação correferencial – cujas expressões inserem-se na recontextualização da voz do governador – é prejudicada, pelo menos, por dois motivos, baseados em inferências: (i) o referente de [14] não é necessariamente o mesmo de [6], pois, enquanto [14] situa-se num passado da narrativa textual, [6] situa-se num presente; (ii) há, no caso de [14], afirmação explícita de que o governo oferecera algo, enquanto, no caso de [6], embora haja, implicitamente, afirmação do fornecimento de algo, há uma negação explícita desse fornecimento, num tempo futuro.

No texto, sobressai a voz do governador, recontextualizada de modo a revelar, implicitamente, sua posição ideológica de que os haitianos devem ser rejeitados e não acolhidos no Amazonas. Ao lado dessa voz, nos parágrafos 5, 6 e 7, o enunciador recontextualiza a voz conflitante da Igreja Católica, evidenciando, assim, o próprio conflito e o quanto a imigração haitiana no Amazonas era (naquele momento) um problema social para a elite simbólica local. Sem assumir uma posição explícita – embora recontextualizar a voz do *outro* possa ser um modo de compartilhar de sua postura –, o enunciador provoca no(s) enunciatário(s) posição crítica sobre o governador e/ou a igreja, tanto nos que compartilhem da ajuda humanitária, quanto nos que se posicionam contrariamente.

## Pausa na prosa

Embora as expressões referenciais e pronomes sejam centrais no processo referencial e na (re)avaliação que o enunciador possui sobre o referente, no texto analisado a referenciação aos imigrantes não se limitou ao uso dessas formas linguísticas. Algumas formas com carga semântico-referencial significativa – mas sem dispensar contribuições inferenciais, pelo contrário – foram: *os imigrantes haitianos que entraram ilegalmente no país pela fronteira amazônica*[3], *tudo*[7], *os caras*[8] e *aos imigrantes que chegam ao Estado*[9]. São expressões que revelam a (re)avaliação que o referente *haitiano* recebe na voz recontextualizada.

Nos demais casos, tivemos de recorrer sobremaneira a inferências fornecidas por orações inteiras, informações difusas no cotexto, assim como conhecimento enciclopédico e informações do contexto sociohistórico.

Às vezes, a construção referencial se beneficiou bastante do conteúdo da voz alheia, especialmente quando a expressão referencial se inseria como parte de uma voz recontextualizada, por exemplo, em *aos imigrantes*[13], cuja referenciação ganha aspectos da voz do governador, em que o assunto era como proceder acerca dos haitianos.

Atribuímos essa insuficiência das expressões referenciais e a necessidade de recorrer a inferências diversas, em parte, ao uso excessivo de expressões cuja referência é genérica ou quase nada individualizada, especialmente [1], [2], [4], [6], [12], [13] e [14], termos predominantemente repetidos.

Além disso, esse uso excessivo, a nosso ver, contribui sobremaneira para a inculcação na mente do(s) enunciatário(s) da avaliação negativa que o então governador faz sobre os imigrantes e que é veiculada no texto. Se o enunciador agisse especificando e individualizando os referentes desses termos repetidos, a compreensão do sentido global do texto seria outra e seus efeitos seriam, possivelmente, menos desfavoráveis aos haitianos. Isto é, o(s) enunciatário(s) não seria(m) induzido(s) a avaliar também negativamente os haitianos, indistintamente.

Quanto aos termos repetidos, eles chamam a atenção. Sem aprofundarmos a discussão se são correferenciais ou não, podemos, na perspectiva da Linguística Textual, considerá-los como o mesmo referente, sobretudo devido à referência genérica e não individualizada que caracteriza esses termos. Isto é, o mesmo referente perde e ganha propriedades, e é modificado ao longo do texto, é (re)definido de modo particular, muito em função de inferências cotextuais e o conhecimento de mundo ativado. São diferenças discursivo-textuais que dão ao mesmo referente aspectos distintos inevitavelmente a ser considerados por um analista do discurso, pois eles dizem

respeito às relações de poder exercidas pelas elites simbólicas: especificamente, o governo do Amazonas, a Igreja Católica, a *Folha de S.Paulo*, mas também ao Governo Federal. Assim, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, sem negar a possibilidade de correferência, tais propriedades e modificação do referente ganham novos contornos.

Isso indica que o controle das mentes e das ações do *outro* não pode ser identificado exclusivamente via formas linguístico-referenciais, como pensávamos inicialmente ser possível e consideramos, de modo subjacente, nos itens 3 e 4. Na verdade, esse controle – parte do poder exercido discursivamente – ocorre, também (e, talvez, sobretudo) mediante as informações implicitadas, inclusive aquelas contidas nas diferentes vozes recontextualizadas.

Na referenciação aos haitianos, o enunciador usa as próprias palavras e as de *outro*, o que torna a elaboração dos referentes – e não apenas o texto – um encontro conflitante de diferentes vozes sociais. Ou seja, a análise mostrou a elite simbólica e seus membros em conflito ao falar sobre um grupo minoritário, como “previa” Boudon et al. (1990). Esse confronto de vozes e valores é um aspecto do modo como as elites simbólicas moldam discursiva e cognitivamente uma *minoría*, os imigrantes haitianos especificamente. Esse modo da referenciação indica a existência de um enunciador, de alguma forma, “subordinado” aos atores sociais cujas vozes são recontextualizadas no texto, o então governador e a Igreja Católica, em nosso caso.

Ao recontextualizar a voz do governador, o enunciador mantém (recontextualiza) na notícia a mesma avaliação depreciativa atribuída aos imigrantes pelo governador. Essa recontextualização tem dois efeitos possíveis:

- (i) a mesma avaliação de desdém ser incutida na mente do(s) enunciatário(s), que passaria(m) a ter ações (discursivas ou não) contra os haitianos e a presença deles no Amazonas;
- (ii) a inculcação no(s) enunciatário(s) de uma avaliação negativa e crítica com relação ao então governador, o que poderia levar o(s) enunciatário(s) a ações contra o governador.

Noutra ótica, podemos postular que o enunciador não age no sentido de incutir na mente do enunciatário o ponto de vista do governador, mas sim apresenta esse ponto de vista como algo socialmente conflitante, o que sugere ao enunciatário a possibilidade de escolha: a visão do governador ou a visão da Igreja. Isso nos parece possível, ainda que a postura do governador seja destacada no início do texto de modo a nortear sua construção.

## Referências

- BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BOUDON, R.; BESNARD, P.; CHERKAOUI, M.; LÉCUYER, B.-P. *Dicionário de Sociologia*. Trad. A. J. P. Ribeiro. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- BRASIL. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. **Resolução Normativa nº 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>. Acesso em: 04 set. 2016.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DUTRA, D., et al. Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: perfil geral na série 2011, 2012 e 2013. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais. 2014. p. 48-81.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Oxon / New York: Routledge, 2003.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. da C. G. de. A migração haitiana para o Brasil: resultado da pesquisa no destino. *Cuadernos Migratorios*, n. 6 (La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos). Buenos Aires: OIM, 2014. p. 51-66.
- FERNANDES, D.; MILESI, R.; FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Caderno de Debates: Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília, n. 6, 2011, p. 73-97. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/IMDH>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- FERNANDES, J. S. Operação Haiti: ação humanitária ou interesse político para o Brasil? *Revista Conjuntura internacional*, Belo Horizonte, 22 mar. 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- FRANCISCO, M. Maratona Atenas 2004: a (re)categorização em textos jornalísticos. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 23:2, p. 167-202, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v23n2/a01v23n2.pdf>. Acesso em: 04 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. Categorização referencial na língua falada: colaborar e avaliar. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, Frankfurt / Madrid, n. 12:2, p. 51-70, 2008.
- FREIRE, J. R. B. Ai de ti, Haiti! *Diário do Amazonas*, 29 jan. 2012, Taqui Pra Ti, Blogs, D24am.com. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica.php?ident=958>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- HAMEL, R. E. Direitos linguísticos como direitos humanos: debates e perspectivas. In: OLIVEIRA, G. M. de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas: ALB / Mercado de Letras; Florianópolis: Ipol, 2003, p. 47-80.
- HANDERSON, J. *Diáspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. 2015. 430 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção Linguagem).
- \_\_\_\_\_. Flagrantes da construção interacional dos sentidos. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. *Texto ou discurso?* São Paulo: Contexto, 2012. p. 129-143.

MARCUSCHI, L. A. Quando a referência é uma inferência. *XLVIII Seminário do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo*. Assis. Texto não publicado, versão preliminar, 2000.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

\_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. (Educação linguística, 2)

\_\_\_\_\_; KOCH, I. G. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. *Gramática do Português Falado*– Volume VIII: Novos estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 31-56, 2002.

MONDADA, L. La construction de la référence comme travail interactif: accomplir la visibilité du détail anatomique durant une opération chirurgicale. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 44, p. 57-70, 2003.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Trad. M. M. Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 [1995]. p. 17-52.

PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

SILVA, M. F. da. Subespecificação e inferenciação na fala não planejada. *Revista Letras*, Curitiba, n. 68, p. 185-200, 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/6145/4387>. Acesso em: 04 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Haitianos no Brasil: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2016. 486 f.

SILVA, S. A. da. Braços para toda obra? Os haitianos e o mercado de trabalho no Amazonas. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 85-99, jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/111166/109469>. Acesso em: 11 abr. 2017.

THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, 86: 23-39, mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0101-330020100001&script=sci\\_issuetoc](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0101-330020100001&script=sci_issuetoc). Acesso em: 04 set. 2016.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. R. Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

#### MILTON FRANCISCO DA SILVA

Professor de Língua Portuguesa e Linguística na Universidade Federal do Acre. Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo com tese sobre os imigrantes haitianos no Brasil, em Análise Crítica do Discurso. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná com dissertação no campo da Linguística Textual. Endereço eletrônico: [miltonchico@yahoo.com.br](mailto:miltonchico@yahoo.com.br)

Enviado em 01/03/2017.  
Aceito em 30/04/2017.